

O PARQUE DO POVO EM PRESIDENTE PRUDENTE-SP: REFLEXÕES GEOGRÁFICAS

Carlos Alexandre Bortolo

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá- PGE/UEM. E-mail: bortologeo@yahoo.com.br

RESUMO: Procuramos neste estudo, colaborar para o debate sobre as articulações entre a produção do espaço público do Parque do Povo que se localiza na cidade de Presidente Prudente - SP. Propusemos, por meio deste estudo, refletir sobre as práticas socioespaciais que orientam o estabelecimento das relações entre o espaço público e o espaço privado na busca de melhor entender a produção do espaço urbano em geral, e em particular do espaço público do Parque do Povo. Buscamos assim, realizar uma discussão sobre algumas considerações acerca da produção do espaço público, para, num segundo momento, trabalhar com a implantação do espaço público do Parque do Povo em Presidente Prudente – SP. Logo em seguida, discutimos o espaço público, elencando questões históricas, seu papel na sociedade atual. Finalizando com elementos que fazem pensar sobre o tema e não apresentando apenas respostas fechadas e prontas. Outrossim, observamos e refletimos acerca de alguns agentes e sujeitos sociais, que contribuíram para a produção, implantação e apropriação do espaço público do Parque do Povo. São pontos fundamentais do estudo: a produção do espaço público por distintos agentes sociais; seus diferentes significados para a população prudentina; o consumo do espaço público e no espaço público do Parque do Povo; as possíveis especificidades encontradas no processo atual de produção desse espaço público, suas características históricas e o espaço na sociedade contemporânea atual.

Palavras-chave: Produção do espaço urbano; apropriação; Parque do Povo; Presidente Prudente – SP.

THE PARQUE DO POVO IN PRESIDENTE PRUDENTE-SP: geographics reflections

ABSTRACT: We seek in this study contribute to the debate on the links between the production of public space Parque do Povo which is located in the city of Presidente Prudente - SP. We have proposed, through this study, reflect on the socio-spatial practices that guide the establishment of relations between public space and private space in search of better understanding the production of urban space in general and in particular the public space of the Parque do Povo. We seek therefore to have a discussion about some considerations about the production of public space,

for a second time, working with the deployment of public space of the Parque do Povo in Presidente Prudente - SP. Soon thereafter, we discuss the public space, listing historical issues, its role in current society. Finishing with elements that make us think about the theme and not presenting only closed answers and ready. Likewise, we observed and reflected on some agents and social subjects, who have contributed to the production, deployment and ownership of public space of the Parque do Povo. Are key points of the study: the production of public space by different social actors, their different meanings for people who live in Presidente Prudente; consumption of public space and public space in the Parque do Povo; possible specificities found in the current process of producing this public space, its historic features and space in contemporary society current.

Key-words: Production of urban space; ownership, Parque do Povo; Presidente Prudente - SP.

1 INTRODUÇÃO

Propusemos, por meio deste estudo, analisar as práticas socioespaciais que orientam o estabelecimento das relações entre o espaço público e o espaço privado na busca de melhor entender a produção do espaço urbano em geral, e em particular do espaço público do Parque do Povo em Presidente Prudente-SP e atentar para a relação entre coletivo e individual neste espaço público.

Para isso, buscou-se trabalhar em diversas atividades, contemplando uma revisão bibliográfica que nos apresentasse um maior panorama acerca da produção do espaço público e as diferentes atividades presentes no cotidiano da sociedade contemporânea, como também a busca de dados e informações sobre o Parque do Povo em fontes secundárias como jornais da cidade, órgãos públicos de planejamento, monografias, dissertações e teses. Procuramos, também, desenvolver uma revisão bibliográfica sobre conceitos como apropriação, produção do espaço urbano, lugar e espaço público que se tornou a base referencial para o desenvolvimento deste estudo.

Deste modo, para elucidar as inúmeras formas de análise que foram apreciadas em nosso estudo, utilizamos o processo de observação e reflexão que nada mais é que a busca de um número significativo de materiais sobre o assunto pesquisado para se ter uma boa amostragem na perspectiva de poder construir tal estudo. Junto a isso veio o trabalho da recolha e gestão de dados, para que com todos estes materiais encontrados sobre o assunto estudado pudéssemos

obter um melhor panorama das diferentes formas de uso e apropriação do espaço público do Parque do Povo em Presidente Prudente - SP.

A cidade em questão se localiza no Oeste do Estado de São Paulo, a 22° 07' 04" de latitude sul e 51° 22' 57" de longitude oeste, a 560km da capital e 472m acima do nível do mar (IBGE, 2010).

A figura 1 abaixo ilustra a localização de Presidente Prudente - SP em relação ao estado de São Paulo. O município tem formato alongado no sentido norte-sul, e área estimada em 530,89km², dos quais 55,4km² correspondem à área urbana. Segundo dados do IBGE (2010), possui uma população total de 230.789 habitantes e densidade demográfica de 367,7 hab./km².

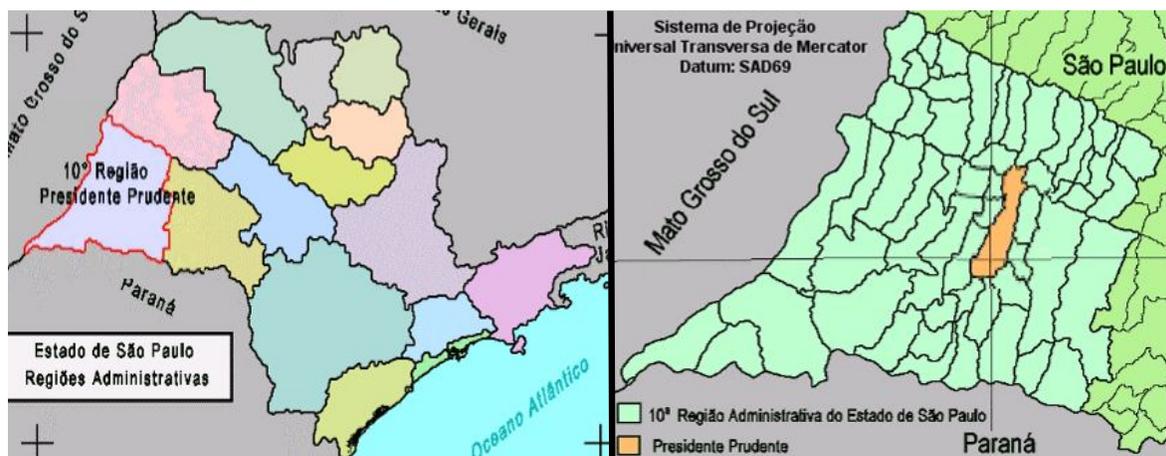
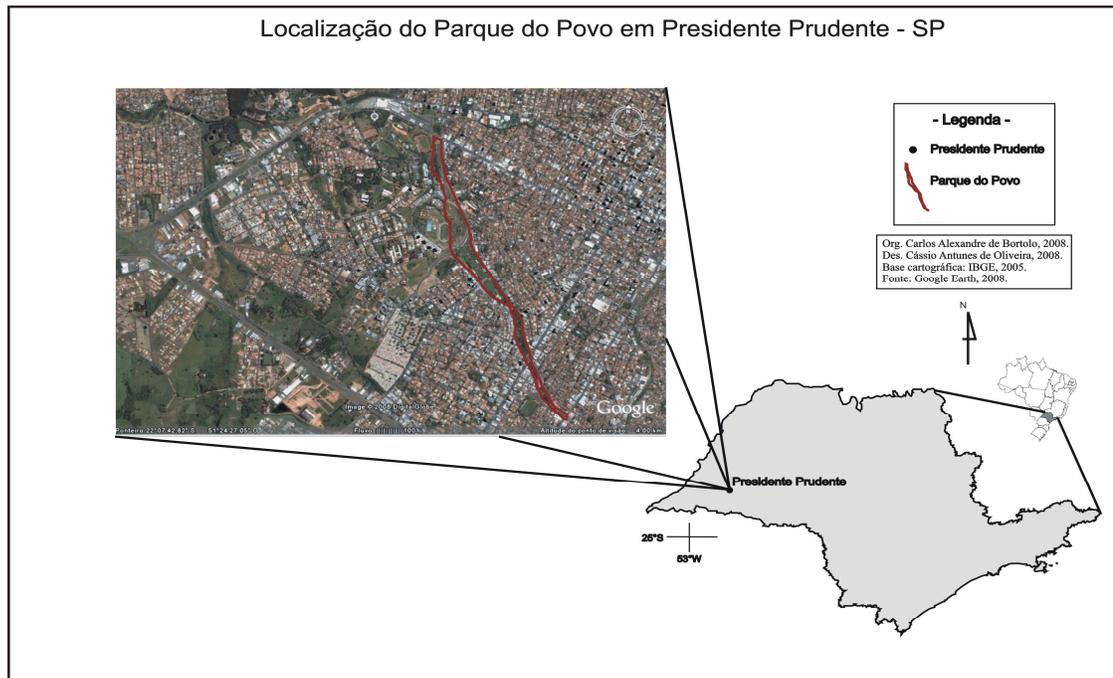


Figura 1. Localização do Município de Presidente Prudente em relação às regiões administrativas do Estado de São Paulo.

Fonte: FCT – Unesp apud Prudente virtual, 2000.

Organizador: (BORTOLO, 2013).

Buscamos assim, estudar as relações que ocorrem no espaço público do Parque do Povo como reveladoras e ponto de partida para se compreender uma dinâmica de maior expressividade na cidade e no âmbito da sociedade. Podendo assim, compreender o processo de produção desse espaço público e daí pensar nas inúmeras possibilidades de produção, apropriação e consumo do Parque do Povo (figura 2) na cidade de Presidente - SP.



Em síntese, tomamos como recorte analítico a compreensão das relações de produção que se dão no Parque do Povo, que pode ser compreendido como expressão de um conjunto de relações sociais, presentes no cotidiano da sociedade contemporânea atual.

Para o desenvolvimento de nosso estudo, além das questões relacionadas à apropriação e ao consumo, como rapidamente foi exposto acima, consideramos também importante considerar a dinâmica atual do processo urbano, que “redefine o par centro-periferia, a partir da constatação de que há variáveis centralidades complexas e diferentes periferias em constituição” (SPOSITO, 2001). Estas centralidades, apresentadas pela autora, ocorrem em razão da intensidade dos deslocamentos e da (re) definição de diferentes fluxos para as diversas atividades e áreas citadinas, ficando evidenciada a dinâmica dos agentes que frequentam o espaço público do Parque do Povo.

A apropriação de tal espaço público vincula-se, também, às possibilidades socioeconômicas do indivíduo, às questões culturais e éticas. Compreendemos, ainda, que há a consolidação de determinadas práticas socioespaciais nas cidades brasileiras, que evidenciam

maneiras distintas, complementares ou antagônicas de apropriação, resultantes e, ao mesmo tempo, influenciadas pelo espaço das relações de poder econômico, político, social e cultural.

Desta forma, nossa proposta neste estudo, se pautou em analisar: o processo de produção e apropriação do espaço público em questão, partindo da observação e análise da produção deste espaço público.

Para o desenvolvimento de nossa pesquisa, realizamos uma análise do processo de construção do Parque do Povo, apoiada, sobretudo, em monografias e dissertações que trataram desta área da cidade e/ou de políticas e obras públicas. Junto a isso, desenvolvemos algumas proposições sobre os conceitos espaço, lugar e cotidiano, para que pudéssemos refletir acerca da temática desenvolvida.

Procuramos assim, realizar uma discussão sobre algumas considerações acerca da produção do espaço público, para, num segundo momento, trabalhar com a implantação do espaço público do Parque do Povo em Presidente Prudente – SP.

Finalizando assim, com elementos que fazem pensar sobre o tema e não apresentando apenas respostas fechadas e prontas. Outrossim, observamos e refletimos acerca de alguns agentes e sujeitos sociais, que contribuíram para a produção, implantação e apropriação do espaço público do Parque do Povo. Tornando-se importante, portanto, compreender as transformações no/do espaço urbano e a dinâmica da produção do espaço público do Parque do Povo, para, com isso, compreender como se apresenta o processo de produção deste espaço público na cidade de Presidente Prudente-SP.

2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

O Parque do Povo, espaço este aqui estudado, vem a essa teorização apresentar-nos, uma importante relação de produção e construção do espaço habitado pelos diferentes agentes sociais. Com isso, fica claro evidenciar a produção do espaço urbano.

Este espaço público deve ser considerado como um lugar de várias facetas: de produção, circulação e consumo pela população da cidade de Presidente Prudente e região, e não podendo deixar de citar também as pessoas que trabalham neste espaço e principalmente o lazer que é para

muitos dos cidadãos, onde ocorre a socialização entre os diferentes indivíduos que utilizam do espaço público do Parque do Povo.

Os usos diferenciados do espaço do Parque do Povo revelam a partir das práticas sociais que ora se realizam e que se expressam materialmente, mudanças na centralidade e nas funções do lugar.

No que tange a tais reflexões, devemos nos ater em questões como, o lugar, apropriação deste espaço público, as diferentes práticas existentes no espaço público do Parque do Povo e a presença de inúmeros agentes produtores no espaço em tela. Deste modo, pensar e refletir sobre esse espaço que é produzido pelo movimento das diversas ações do cotidiano no espaço urbano prudentino torna-se um importante elemento para reflexão e discussão científica.

Consideramos que espaços dessa natureza desempenham importante papel na organização das cidades e no cotidiano dos seus habitantes na medida em que uma parcela de suas atividades são estabelecidas nestas áreas. Tais atividades podem ser caracterizadas como lazer, sendo considerados também apenas como espaços de passagem, áreas de obtenção de renda com trabalho informal e formal, etc.

Considerado em diferentes dimensões e em diversos centros urbanos, o espaço público além de proporcionar lazer, na maioria das vezes, busca garantir a inclusão dos seus diferentes usuários a partir de suas inúmeras funções desempenhadas e seus distintos papéis no espaço da cidade. Tais espaços possuem grande importância no contexto das cidades na sociedade contemporânea, sendo estes, espaços de integração, como também, nos apresenta diferentes manifestações no decorrer de sua produção e seus usos. Eles possuem função social (à medida que proporcionam encontro e lazer e promovem a socialização dos indivíduos), função organizacional (organizam a infraestrutura da cidade e configuram o desenho urbano), função ecológica (estruturam áreas de proteção ao ambiente) e função cultural (já que fortalecem a identidade local) (BORTOLO, 2010).

Destarte, analisar o espaço público urbano implica também em entender que o processo de produção revela a indissociabilidade entre espaço e sociedade, na medida em que as relações sociais se materializam num território, significando dizer que, ao produzir sua vida, a sociedade produz e reproduz um espaço enquanto prática (CARLOS, 2004).

Para a autora citada, que se fundamenta no pensamento de Henri Lefévre, a noção de produção deve referir-se à produção do homem, às condições de vida da sociedade em seus múltiplos aspectos, ou seja, a noção de produção deve estar articulada inexoravelmente àquela de reprodução das relações sociais num determinado tempo e espaço.

Quando nos debruçamos em estudos de outros autores e em diferentes momentos da história, podemos compreender as distintas conjecturas construídas e existentes no espaço urbano contemporâneo. Tais espaços produzidos afirma Leite (2001) constituem espaços de comunicação e ações da cidadania na vida e na atuação do cotidiano.

Ao produzir os espaços públicos na cidade, busca-se construir uma determinada demarcação física e/ou simbólica nos espaços, cujos usos os qualificam e lhes atribuem inúmeros sentidos, como o lazer, espaços de recreação, participação política comunitária, espaço aberto de propriedade pública do Estado, enfim, tais áreas estarão delimitadas fisicamente ou simbolicamente na produção social do espaço urbano.

O espaço público tem sido tema de algumas pesquisas e reflexões, mas, observamos a necessidade e a carência de estudos sobre estes espaços nas cidades atuais. Sobarzo (2005) se posiciona contrário à suposta morte dos espaços públicos presentes em algumas discussões e alerta para a transformação de seu papel no espaço urbano.

Para este autor, apesar das transformações ocorridas na relação entre as esferas pública e a privada, a esfera privada continua com o mesmo sentido, contudo, com conteúdo e fronteiras diferentes.

Algumas características da sociedade capitalista – tais como a alfabetização, a imprensa livre e o estímulo à reflexão crítica, contribuíram para a emergência desta esfera pública, que introduz a participação política e a relação entre Estado e Sociedade (HABERMAS, 1984).

Pode-se considerar que os passeios, alamedas, avenidas, parques e lagos nasciam da necessidade da burguesia em ter um lugar para se apresentar e se encontrar consigo mesma. Este fato pode ser relacionado com o início do desenvolvimento de políticas de espaço público nas cidades europeias, no final do século XIX, políticas estas de embelezamento e monumentalização de partes das cidades.

Para entender as diversas transformações do papel do espaço público no espaço urbano é importante apreender a sua característica de “possibilitador de encontros impessoais e anônimos e

de co-presença dos diferentes grupos sociais” que favorecem com que as pessoas compartilhem o mesmo território, sem, contudo, terem necessidade de se conhecer profundamente (SOBARZO, 2005, p. 94). Este autor assume a existência da diferença no espaço público, porém não idealiza a existência de uma relação profunda no convívio da diversidade, mas acredita no convívio civilizado, sob normas impessoais.

Atualmente, observamos a necessidade de se produzir uma discussão acerca dos espaços públicos, suas formas, seus usos, as relações neles estabelecidas, que busquem discutir tais processos de produção dos espaços públicos atuais.

Lipai (2006) argumenta que, nos dias atuais, o espaço público, principalmente nas metrópoles, tem assumido características de espaço de passagem e raramente de convivência e lazer para os habitantes da cidade. Isso pode ser relacionado com as novas temporalidades e espacialidades presentes e vividas nessas cidades. Na cidade contemporânea, o parque, a praça, acabam sendo as vezes considerado como um meio de controle social, conforme afirma Serpa (2004), sobretudo das novas classes médias. Buscando um destino final das políticas públicas, que em uma instância, procuram multiplicar o consumo e a valorização do solo urbano nas proximidades destes espaços públicos. Desse modo, a acessibilidade a determinados espaços públicos da/na cidade contemporânea é, em última instância, “hieraquizada”.

As novas práticas e políticas urbanas de produção do espaço, estabelecidas pelo modo capitalista de produção, por seus sistemas de acumulação, contextualizados no período atual de mundialização da economia e de globalização da sociedade, geram a tendência a espaços cada vez mais fragmentados e segregados das demais áreas com melhor infraestrutura e serviços públicos. Esse processo gera territórios desconexos e descontínuos, bem como a implantação de espaços segmentados social e funcionalmente, tendo como consequência a dificuldade de se apreender a cidade como um todo e, conseqüentemente, a dificuldade de apropriação dela pela sociedade.

Nesse sentido, Sobarzo (2005), considera o espaço como um produto vinculado à reprodução das relações sociais de produção e analisa o espaço público como um “produto e um possibilitador das relações sociais” (SOBARZO, 2005, p. 95), ou seja, entende a produção do espaço como a reprodução das relações sociais por meio de práticas socioespaciais.

O autor ressalta que, ainda há uma retomada da valorização do espaço público voltado ao encontro de pessoas e culturas diversas nas cidades europeias, por meio de grandes obras de urbanização e arquitetura, para se inserirem no conceito de cidade espetáculo (SOBARZO, 2005). Daí a recuperação, nestas cidades, de suas identidades históricas e a criação de novos ícones arquitetônicos bem como de grandes parques arborizados. São as chamadas obras de revitalização e gentrificação.

Deve se ressaltar a quase inexistência de políticas públicas destinadas à criação de projetos urbanísticos voltados à melhoria e à criação de novos espaços públicos e o fato de as raras intervenções e construções de praças e/ou parques geralmente estarem ligadas às propagandas eleitorais de candidatos, como ocorre no caso da implantação do Parque do Povo em Presidente Prudente, podendo citar outro exemplo como a criação do Lago Igapó na cidade de Londrina - PR na década de 1960, este, espaço público criado em meio a candidaturas eleitorais, dentre outras obras mais (BORTOLO, 2010).

Devemos assim, enumerar alguns elementos para se pensar o espaço público, tais como: a necessidade de se ter a opinião dos agentes sociais; os custos de manutenção desses espaços e a busca de parcerias com o setor privado; o fato de que o aumento da qualidade gera mais conflitos; por fim, a avaliação posterior dos espaços públicos, para que se possam apurar os motivos tanto do sucesso quanto do insucesso das políticas desenvolvidas para se entender por que se deteriorou tão rapidamente, por que não tem utilização, por que foram apropriados por determinado coletivo, etc.

Para Santos Filho (2004) é, apenas, a partir do século XVI que o espaço público começa a se tornar simbólico, pois anteriormente era apenas um espaço físico – a rua, a praça, etc. Para ele, cada indivíduo e grupo identificam o espaço público de uma dada maneira, o que significa que o desenho urbano e, por conseguinte, o desenho de alguns espaços públicos é forma palpável dos movimentos e ações coletivas.

As diferentes dinâmicas sociais implicam a diversidade da forma, conteúdo e apropriação dos espaços públicos, tais como praças, parques e as ruas. Suas configurações nada mais são que o símbolo da cultura e da ordem social existente. Tal simbolismo retrata os valores de determinados espaços públicos perante as diferentes formas de produção e usos dos mesmos.

Por outro lado, outro entendimento do espaço público é possível mediante a apreensão das representações sociais dos cidadãos, uma vez que tais representações permitem entender como os sujeitos sociais se apropriam da história dando sentido a ela, modificando-a e redefinindo-a. Isto porque dizem respeito à dimensão psicossocial na fabricação da história e construção da realidade social, envolvendo fenômenos simbólicos da vida cotidiana. Gomes (2002) afirma que nos espaços públicos, cada indivíduo é uma unidade singular e esse atributo da singularidade não é de forma alguma excepcional, ao contrário, ele é a regra quando se fala do cidadão perante o espaço público da cidade.

Essas representações sociais são representações de um objeto, ou seja, “ocupam o lugar de alguma coisa, re-apresentando alguma coisa” (JOVCHELOVITCH, 2002, p 41).

A autora enfatiza a importância das representações sociais explicando que elas têm caráter referencial (porque é sempre uma referência de alguém para alguma coisa) e natureza social (porque provêm de uma cultura compartilhada).

Destarte, apoiando na reflexão de Carlos (2007) em que a mesma aborda sobre a sociedade urbana aludindo que, hoje, ocorre a produção em parte de espaços, sendo esta de modo real e concreto, em outra parte virtual e possível, constituindo-se assim, uma mundialidade, apresentando uma tendência à homogeneização e também concomitante a permitir uma diferenciação nesta situação. A mesma autora ainda reflete sobre o lugar permitindo pensar que

[...] a articulação do local com o espaço urbano que se manifesta como horizonte. É a partir daí que se descerra a perspectiva da análise do lugar na medida em que o processo de produção do espaço é também um processo de reprodução da vida humana. O lugar permitiria entender a produção do espaço atual uma vez que aponta a perspectiva de se pensar seu processo de mundialização. Ao mesmo tempo que o lugar se coloca enquanto parcela do espaço, construção social. O lugar abre a perspectiva para se pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, os processos de apropriação do espaço. Ao mesmo tempo, posto que preenchido por múltiplas coações, expõe as pressões que se exercem em todos os níveis (CARLOS, 2007, p. 25).

Após observar essas reflexões, caminhamos para a compreensão de que os espaços públicos devem ser considerados como lugares construídos no cotidiano e pela ação dos diversos agentes que participam da produção do espaço urbano da cidade. Não podemos deixar de lado, os

diversos usuários que se apropriam destes espaços em diferentes momentos e em distintas situações e ocasiões para pensar sobre os usos no/do espaço público do Parque do Povo em Presidente Prudente – SP.

Neste contexto, devemos considerar este espaço público como um lugar na perspectiva de Carlos (2007) devido este no decorrer de sua produção ganhar forma e sentido, cheio de símbolos e signos, ou seja, o mesmo se apresenta rico em significado para determinados agentes no ato de produzir, consumir e se apropriar desse espaço público.

3 O ESPAÇO PÚBLICO DO PARQUE DO POVO EM PRESIDENTE PRUDENTE – SP

Ao analisarmos as relações que são construídas no espaço estudado, devemos compreender que o Parque do Povo não é apenas um lugar onde se constroem distintas relações, mas sim, ele próprio é fruto destas relações, na medida em que é produzido, apropriado e sobre ele acaba se construindo diversas representações.

Com isso, cada sociedade acaba produzindo seu espaço e as forças produtivas não conduzem somente à produção de coisas, mas àquilo que contém as coisas, quer dizer o espaço e suas diversas utilidades e funções (LEFEBVRE, 1976).

Portanto, este espaço é simultaneamente, extensão e volume, distância e relação, realidade concreta e estrutura invisível. Esses diversos elementos que compõem a existência comum do espaço levam os homens a inscreverem-se no espaço; deixando aí suas marcas. Lugar onde se manifesta a vida, o espaço é condição, meio e produto da realização da sociedade humana em toda a sua multiplicidade (SANTOS, 1996).

Reproduzido ao longo de um processo histórico ininterrupto de constituição da humanidade do homem, este é também o plano da reprodução. Ao produzir sua existência, a sociedade reproduz continuamente, o espaço. Se de um lado o espaço é um conceito abstrato, de outro tem uma dimensão real e concreta como lugar de realização da vida humana que ocorre diferencialmente no tempo e no lugar e que ganha materialidade por meio do território (SANTOS, 1996).

O espaço é ocupado, definido e redefinido de forma desigual “a partir da necessidade de realização de determinada ação, seja de produzir, consumir, habitar ou viver” (CARLOS, 1994,

p.79). Uma vez que a vida na cidade é orientada por um processo de produção que se completa com as relações de mercado sustentado na prática do consumo, ocupar um lugar no espaço urbano (considerando-se que, certamente como tudo, esse lugar já possui um sentido e significado), consiste em participar desse consumo.

Por trás de todos os sentidos e significados, dos signos e símbolos, da política e da religião, da construção de um palácio e de um casebre, está o fator consumo. Na cidade consome-se de tudo: mão de obra, alimentos, ícones, ideias, espaço. Por isso, ela se afirma como “[...] um lugar de consumo, e um consumo de lugar”. Carlos (1994, p.80) traduziu isto afirmando que “[...] o mundo dos homens é cada vez mais o mundo da mercadoria e do que é possível comprar”. Ao analisar o processo de desenvolvimento do espaço, esta autora entendeu que o processo de reprodução espacial envolve uma sociedade hierarquizada, dividida em classes, produzindo de forma socializada para consumidores privados.

Com isso, esse processo de produção do Parque do Povo pode ser analisado a partir do papel de uma série de agentes. Considerando tal complexidade de análise, temos que entender que o projeto do Parque do Povo surgiu em meio a uma gama enorme de interesses e necessidades, o que se confirma até pelo fato de ter sido lançado em um contexto de eleições municipais em 1976 (HORA, 1991).

No que se refere ao apoio do poder público, devemos considerar o Estado como um dos agentes produtores mais completo e também complexo de ser analisado no que tange a produção do espaço público urbano. Carlos (1994) afirma que o processo de reprodução espacial na cidade deve-se realizar na articulação de três níveis: o político (que se revela na gestão política do espaço), o econômico (que produz o espaço como condição e produto da acumulação) e o social (que nos coloca diante das contradições geradas na prática socioespacial como plano da reprodução da vida). A articulação desses níveis se efetiva pela mediação do Estado, que organiza as relações sociais (e de produção) por meio da reprodução do espaço.

O modo de produção capitalista se reproduz superando barreiras ao seu desenvolvimento, resolvendo impasses; e nesse processo, o Estado aparece como instituição capaz de criar mecanismos que permitam resolver as contradições à realização da acumulação. Em seu contínuo processo de reprodução, o capital se depara com contradições que emergem da produção do espaço associada aos obstáculos criados pela existência da propriedade privada do solo urbano,

na medida em que aparece como barreira à concretização da reprodução ampliada – nesse caso, só o Estado pode com suas estratégias, agir no sentido de eliminar ou atenuar as barreiras ao desenvolvimento da reprodução do capital.

Bortolo (2010) elucida que o Estado não tem uma participação neutra no contexto urbano, como pretende os modelos neoclássico-liberais. Embora ele também não deva ser concebido apenas como mero instrumento político ou como uma instituição estabelecida pelo capital, não há dúvida de que no cenário capitalista ele expressa o seu interesse. Daí é de se esperar que a ação pública venha contribuir efetivamente para a construção diferenciada do espaço, provendo as áreas de interesse do capital e das classes dominantes de benefícios que são negados às demais classes da sociedade.

Apesar de se constituir em agente distinto do capital, o papel do Estado no campo econômico tem sido o de garantir condições à reprodução do capital, fazendo concessões apenas quando estas se evidenciam necessárias, ou seja, para assegurar as condições mínimas de reprodução da força de trabalho ou quando as pressões dos “de baixo” se tornam irresistíveis.

Deste modo, o papel do Estado na atuação da produção dos espaços da cidade deve ser encarado em diversos momentos e situações. O Estado intervém de inúmeras maneiras, mas, sobretudo seguindo cinco principais vetores, afirma Razente:

O Estado e a Força de trabalho- Ele participa na reprodução de força de trabalho seguindo dois eixos principais: primeiro deles, dá-se no sentido de capacitar a força de trabalho, e com isso, reduzindo a participação do capitalista empregador. No segundo, visa promover uma série de condições necessárias à reprodução da força de trabalho e com isto diminuindo os custos de reprodução da mesma. São valores de uso nos quais o Estado vincula sua participação principalmente nas áreas de saúde, transporte, habitação e segurança social, que autores como Lojkin e Castells colocam como “bens coletivos”.

O Estado Produtor- O Estado assume a produção de valores de troca, naquelas mercadorias que exigem o investimento de grandes capitais e onde a maturação dos investimentos é longa. Evita, assim, que estes setores entrem na determinação geral do lucro. De outra maneira, assume a produção de mercadorias nos setores considerados de “segurança nacional”, ou nas áreas consideradas vitais para o bom desempenho da economia, face à possibilidade de escassez de recursos.

O Estado Regulador- O Estado regulador pode tomar várias formas. Pode ser visto como regulador da força de trabalho, na medida em que institui um conjunto de normas que dizem respeito ao controle ou a reprodução da força de

trabalho. Podem ser visualizados nas leis trabalhistas, no controle e instituição do piso salarial, na criação de fundos públicos, ou, até mesmo como regulador da “ordem social”

O Estado Empregador- em momentos de crise conjuntural, o sistema econômico, o Estado pode praticar políticas visando a manutenção dos níveis de emprego.

O Estado Planejador- servindo de atributo no estágio do capitalismo monopolista, atribuindo o Estado a propriedade de planejar a economia e o espaço através de um conjunto de normas ou mesmo de planos gerais de desenvolvimento proporcionados para todo o espaço nacional (RAZENTE, 1984. p. 31).

Com isso o Estado se apresenta como gestor, produtor, regulador, empreendedor e planejador nos diferentes momentos de sua atuação na questão de produzir o espaço. Com essas rápidas transformações provocadas pela globalização econômica permite-se questionar como será a geografia resultante do processo de reorganização do capital, da revolução tecnológica em curso e de rearranjos na gestão pública.

Em um de seus trabalhos Abreu (2006), se apresenta na perspectiva de contribuir no estudo do papel do Estado para a evolução da estrutura urbana da cidade do Rio de Janeiro e de sua organização atual. Abreu (2006) aborda que segundo a visão do Estado, a ação decorreria única e exclusivamente da necessidade de coordenar decisões individuais de uma forma que fosse socialmente “ótima”, tanto do ponto de vista da eficiência como da equidade social. Desta forma, o Estado seria assim o grande mediador dos conflitos existentes no espaço e sua função principal seria resolvê-los de tal forma que a sociedade como um todo não fosse prejudicada (ABREU, 2006).

Corrêa (2002) ao discutir a ação do Estado como agente produtor do espaço urbano, deixa bem visível a complexidade e a variedade de possibilidades de sua atuação na organização da cidade, na medida em que tal agente social desempenha inúmeros papéis.

Neste modo, analisando o papel desempenhado pelo Estado na produção do espaço público do Parque do Povo em Presidente Prudente, ocorreu uma grande intervenção do mesmo, materializada no que se chamou de “reurbanização” de uma área considerada degradada, com a subsequente alocação da infraestrutura, criação de áreas verdes, implantação de equipamentos de lazer (piscinas olímpicas, quadras poliesportivas, ciclódromo, pista de atletismo, de aeromodelismo) e algumas áreas de serviços (quiosques com lanchonetes e bares), como também

a implantação de duas vias de trânsito rápido, o que foi possível a partir da canalização do Córrego do Veado, no trajeto compreendido entre as Avenidas Brasil e Manoel Goulart (HORA, 1991).

A conformação do sistema viário segmenta o espaço público do Parque do Povo em partes distintas quanto à forma e uso, sendo reconhecida tal diversidade quando observado a partir de trabalhos de campo seus diferentes frequentadores e suas atividades realizadas nesse espaço público.

O Parque do Povo foi o principal instrumento de sustentação para as campanhas às eleições do final da década de 1970, uma vez que se apresentou como projeto de grande impacto na cidade, que traria mudanças significativas na paisagem urbana, principalmente na sua porção sudoeste. Ocorreram inúmeras desapropriações, sendo por volta de 330 proprietários desapropriados de seus lotes (SILVA, 1994). A autora ainda diz que existiram mecanismos no sentido de persuadir esses moradores e proprietários que seriam atingidos pela obra com a expulsão dos mesmos que resistiam ao pedido de desocupação, ou até mesmo sobre a valorização dos demais terrenos que ficavam no entorno das obras do Parque do Povo (SILVA, 1994).

Apesar da situação delicada e não muito bem resolvida exposta acima (poder público *versus* moradores e proprietários), as obras tiveram início em 31 de outubro de 1976 (SILVA, 1994).

Na realidade, todos os problemas oriundos dos embates entre justiça, poder público e proprietários vêm nos apresentar uma ideia de que o Parque do Povo era muito mais do povo anteriormente do que quando do término das obras afirma Silva (1994). Tal fato pode ser analisado devido a segregação causada por essa obra, ou seja, a separação, e em certo ponto uma exclusão das pessoas que lá moravam, devido a implantação do Parque do Povo, iniciou-se mesmo que de forma não tão concreta, porém visível uma seleção nas pessoas que lá moravam e no público que lá passaria a frequentar.

Tal espaço público nasceu do processo de urbanização e canalização do trecho inicial do Córrego do Veado. A Prefeitura Municipal apresentou à população, em 1976, o lançamento do Projeto denominado “Fundo de Vale”, justificando a necessidade da realização de um processo de reurbanização do fundo de vale, o qual se apresentava como um entrave ao desenvolvimento da cidade.

Silva (1994) elucida que havia a necessidade da melhoria do saneamento e do sistema viário – o qual, segundo a equipe de elaboração do Plano Diretor de Presidente Prudente, em 1968, não contribuía para a expansão territorial da cidade – sendo também considerados como argumentos para a realização da obra.

A fonte de recursos para o início da implementação do projeto adveio do F.D.U. (Fundo de Desenvolvimento Urbano) e do D.N.O.S. (Departamento Nacional de Obras e Saneamento). A partir de 1977, recursos oriundos do Programa CURA (Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada) passaram a financiar o projeto como nos apresenta Silva (1994).

Logo após sua inauguração, em 18 de junho de 1982, o Parque do Povo foi abandonado sem muito interesse perante sua manutenção pelo poder público local. Em 1984, iniciou-se a implantação do “Prudenshopping”, situado entre as Avenidas Manoel Goulart e Washington Luís (VAZ, 1999).

Em 1983, o Parque do Povo foi abandonado pela administração municipal em virtude de constituir-se em uma obra onerosa para a municipalidade e de não ter equacionado adequadamente o problema das inundações nessa área, além disso, ocorreria a queda das placas de proteção das margens do córrego e segundo a Secretaria de Planejamento da Prefeitura os Projetos CURA endividaram a prefeitura até o ano de 2019 (VAZ, 1999, p. 18-19).

Silva (1994) ressalta que a população não pretendeu negar a importância da reurbanização, a melhoria do sistema viário e a disponibilidade de área de lazer, mas questionou-se como o processo foi conduzido. Em seu trabalho, a autora objetivou principalmente compreender a lógica dos mecanismos que moviam o processo de produção, apropriação e consumo do espaço urbano na cidade de Presidente Prudente que, no caso do Parque do Povo, gerou a reprodução de renda e dos interesses dos segmentos sociais do qual o Poder Público local era representante ou que estariam ligados a ele.

Tal estudo demonstrou que por trás dessa urbanização havia interesses políticos e econômicos (daí o lançamento do projeto dentro do contexto de eleições municipais de 1976), haviam pessoas interessadas na construção e na implantação do Parque do povo neste espaço da cidade devido ao lucro que as mesmas obteriam com os resultados das obras e, de outro lado, para alguns políticos, estes utilizariam de tal obra para suas campanhas eleitorais, etc.

Vaz (1999) afirma que a Prefeitura Municipal de Presidente Prudente voltou a se preocupar com o espaço público do Parque do Povo voltando a melhorar a infraestrutura do parque apenas em 1995, com a colaboração da PRUDENCO (Companhia Prudentina de Desenvolvimento) e da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos. No período de execução de algumas dessas obras, ocorreu um período de precipitações extremas na cidade (janeiro/1994, fevereiro e outubro/1996 e março/1998) ocasionando desta forma, o aumento da impermeabilização e também a grande declividade das áreas adjacentes ao parque – culminando no desmoronamento de parte da Avenida Tancredo Neves. Durante a elaboração de algumas destas obras, foi solicitado um laudo que apresentasse as principais necessidades de obras que tal espaço estava necessitando à Secretaria Municipal de Planejamento, entretanto, não foi obtida resposta alguma afirma Vaz (1999).

No ano de 2001, a administração municipal local lançou a campanha de revitalização, pedindo à população sugestões, por meio de um encarte distribuído por um jornal da cidade: “Esta campanha visava tornar mais belo o maior espaço público e de lazer do município. Vamos transformá-lo num cartão postal. Participe!”.

A revitalização foi iniciada em 2002, a partir dos trechos mais extremos do Parque do Povo, próximos às Avenidas Brasil e Manoel Goulart. As obras foram divididas em etapas. Segundo Sobarzo (2005), a última etapa, iniciada em julho de 2004, constituiu a parte principal da intervenção, pois, além de afetar a área central do parque (localizada entre a Avenida da Saudade e a Rua Padre João Goetz), incluiu as obras de maior impacto, entre elas: a construção de uma “praça de alimentação” com ampliação das calçadas, dos estacionamentos e do parque infantil e implantação dos campos de areias, pista para bicicletas e circuitos de exercícios.

O financiamento para a execução do projeto de revitalização do Parque do Povo – e outras obras como a expansão do Distrito Industrial, recuperação dos fundos de vale do Vale do Sol, da Vila Geni e da orla do Balneário da Amizade e a revitalização do quadrilátero central – foi concedido pelo Fonplata (Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata) (SOBARZO, 2005).

Esse processo de revitalização, segundo análise de Sobarzo (2005), no âmbito da política, reforçou o ideário de uma administração dinâmica, realizadora de obras que são apresentadas como exemplo de desenvolvimento, progresso e avanço para a cidade, reforçando a imagem do

prefeito como “tocador de obras”; em um segundo termo, as obras inconclusas foram motivação para chamar os eleitores a continuar com o mesmo administrador público que iniciou a revitalização do espaço público do Parque do Povo.

Ocorreu no espaço público do Parque do Povo uma reforma, iniciada em 2003, sendo implantados diversos equipamentos, como novas pistas de caminhadas e bancos, instalações de *playgrounds* e banheiros públicos. Houve melhorias significativas quanto à iluminação – que foi ampliada; implantação de quiosques comerciais, de postos policiais, substituição da tubulação da canalização e incremento, em alguns pontos, da vegetação segundo dados disponíveis no sítio da prefeitura municipal local.

Com isso, tal espaço público se transforma e modifica sua produção, seus usos, suas diferentes formas de apropriação a partir da alteração da dinâmica natural de produção do espaço público do Parque do Povo na sociedade contemporânea atual.

4 ALGUMAS IMPRESSÕES: USOS E APROPRIAÇÕES NO/DO ESPAÇO PÚBLICO DO PARQUE DO POVO

Sobre o lugar estudado em tela, segundo estudos de Carlos (1994) compreende-se que o lugar é o produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido (CARLOS, 1994).

O Parque do Povo é uma área utilizada pela população prudentina em geral como área de lazer e para a realização de seus esportes; o lazer é hoje um elemento do processo de reprodução, um tempo que se organiza em função da reprodução das relações sociais e este tempo tem a mesma propriedade do espaço que organiza toda a vida social e que também organiza a sociedade de consumo igualmente os ambientes de lazer afirma (CARLOS, 1994). Esse espaço deve ser vislumbrado como um espaço de possibilidades como vislumbra Sobarzo (2005), cujas diversas ações são produzidas e consumidas neste espaço público. Indo do simples ato de realizar uma caminhada como também de um espaço para a manifestação popular em um momento de realizações da sociedade política-social prudentina.

As diversas atividades aqui já discutidas no decorrer da produção de tal espaço público são criadas no seio de profundas transformações do processo produtivo do ser humano; novos

comportamentos são construídos e novos valores são apresentados à sociedade a partir da vivência nos lugares durante o seu cotidiano (CARLOS, 1994). Mas no que tange determinadas ações e atividades presentes no espaço público contemporâneo, trata-se isso de novas configurações, a partir de antigas práticas, ou seja, o ato de frequentar os espaços públicos passam por diferentes alterações e mudanças no decorrer da história da sociedade.

Observamos que tais espaços, desde a Antiguidade constituíam-se de um espaço para a presença do homem e suas diversas ações, porém com o passar dos anos e com a evolução acerca de questões político- social- econômico os papéis e suas funções foram sendo alterados sem que seus próprios frequentadores tomassem conta disso.

Queremos aqui dizer que o ato de frequentar o espaço público do Parque do Povo acaba sendo considerado uma situação cotidiana na vida de alguns moradores da cidade de Presidente Prudente, porém, os mesmos não se dão conta de que são parte integrante da produção desse espaço, que ao mesmo tempo moldam determinados espaços da cidade e modificam suas características a partir de determinadas necessidades que são encontradas no processo social de produção do espaço público em questão.

São constatadas profundas alterações e amplas transformações espaciais, sendo a partir daí que se descerra à perspectiva da análise do lugar na medida em que o processo e a produção desse espaço público são também considerados como um processo de reprodução da vida humana. O espaço público do Parque do Povo em Presidente Prudente é produzido e consumido a partir de inúmeras ações cotidianas da sociedade, sejam estas apresentadas com maior ou menor grau de sociabilidade ou situações impessoais vividas no dia a dia da cidade.

Carlos (1994) afirma que

O lugar é à base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante-identidade-lugar. O espaço é passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo, deste modo, deve-se considerar a tríade, pois aponta para a necessidade de considerar o corpo é através dele que o homem habita e se apropria do espaço (através dos modos de uso) (CARLOS, 1994, p. 76).

O lugar deve ser analisado e observado para que possa abrir a perspectiva de modo a se pensar o viver e o habitar, seu uso e o consumo e os processos de apropriação do espaço para

toda a população de uma cidade. Ele guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento da história em constituição enquanto movimento da vida, possível de ser aprendido pela memória através dos sentidos e do corpo (CARLOS, 1994).

Com isso, deve-se explorar acerca da questão da identidade com o espaço público do Parque do Povo, a frequência com que os usuários deste espaço, a capacidade de se estabelecer conexões com sua importância e relevância do espaço em tela, ou com a capacidade, ou não, dos usuários definirem para que serve tal espaço e qual seu papel na cidade contemporânea.

Com o decorrer de nossas análises, podemos obter de forma simples que os percursos realizados pelos habitantes ligam o lugar de domicílio aos lugares de lazer e de comunicação, e este mesmo trajeto pode ser entendido e compreendido com o privado e o público, o individual e o coletivo, o necessário e o gratuito. Sendo compreendidos acerca da frequência com que as pessoas utilizam do espaço público, como chegam a determinado espaço, quais são as diferentes formas de produção e usos desses espaços, etc. Após refletir e observar alguns destes elementos, tais ideias são aclaradas e começamos a compreender melhor tais ações presentes no Parque do Povo, seus frequentadores, a ação do poder público local em relação a manutenção e a dotação de infraestruturas, como também as diferentes formas de se conjecturar o ato de produzir no/do espaço público do Parque do Povo.

Sendo assim, podemos analisar que hoje nos distanciamos cada vez mais da ideia de lugar, visto apenas enquanto ponto de localização dos fenômenos, isto é um ponto no meio de tantos outros dentro do imaginário social. Quando refletido acerca de alguns dos tantos resultados alcançados com esse estudo, observamos que podemos considerar o Parque do Povo como lugar quando o mesmo se apresenta rico em símbolos e com uma identidade cheia de relações com o usuário a partir do momento que o mesmo utiliza com certa frequência e se identifica com determinado espaço realizando inúmeras ações no ato de produzir, frequentar, utilizar ou até mesmo no caso apenas de só ter este espaço como um caminho de passagem. Este mesmo, acaba considerando como um lugar dentro do urbano por apresentar características e afinidades com o mesmo.

Destarte, na perspectiva da construção do lugar e da reprodução do cotidiano passa a ideia de que os homens se relacionam com um conjunto de objetos e que cada vez mais reagem a estas relações e são convertidos em elementos na elaboração da sociabilidade dos indivíduos. Como já

afirmara Sobarzo (2005) não há necessidade de que exista uma interação e um convívio social, nestes espaços. Porém, se observar que ao produzir determinado espaço, acaba ocorrendo a presença de uma interação socioespacial na relação homem e meio, ou seja, usuário e Parque do Povo.

Para a análise do cotidiano do espaço estudado é mais que necessário o entendimento da produção espacial desse cotidiano que nos revela os conflitos humanos e que fica presente no fato de que o indivíduo está cada vez mais atuante no processo de produção do espaço urbano e no caso desse espaço público do Parque do Povo na cidade de Presidente Prudente. Pensar nas diferentes formas de apropriação que ocorre no Parque do Povo é pensar na dinamicidade da relação de produção do espaço enquanto processo e a função do determinado espaço. Frequentar o Parque do Povo uma vez por semana, ou mesmo todos os dias da semana, isso acaba sendo reflexões de necessidades e vontades que o homem adquire no movimento de produção da sociedade.

Deste modo, o espaço público é assim apropriado, transformado, recriado a partir de novas e diferentes práticas cotidianas do cidadão. Com o emaranhado de pessoas que frequentam o espaço público do Parque do Povo, podendo assim, desde já, elucidar que as relações sociais diferenciadas nos traduzem as inúmeras formas de diferenciação de apropriação desse espaço, podendo assim até reproduzir conflitos entre as classes e os diferentes segmentos dessas classes.

6 À GUIA DE CONCLUSÕES

No que tange a produção do espaço público urbano, devemos refletir após a apresentação de algumas ideias e elementos acerca desse tema, o quão é valoroso discutir a problemática da transformação e a dinâmica apresentada no processo de produção do espaço urbano no presente momento observado a partir da produção do espaço público do Parque do Povo em Presidente Prudente - SP.

Podemos encontrar em Serpa (2007), interessantes sugestões para a compreensão do papel dos espaços públicos e seus equipamentos disponíveis nos espaços da cidade capitalista contemporânea. O autor apresenta-nos a distinção em três práticas que informam a pertinência ou

a incompreensão dessas formas e dos papéis destes equipamentos que são instalados na cidade e sobre a disposição em que os usuários os recebem:

- 1) práticas em perfeita concordância com as diretrizes impostas pelos projetistas. São as caminhadas, o *Cooper* diário, a apropriação dos bancos confortáveis, das brincadeiras e jogos das crianças nas áreas de lazer infantil.
- 2) em alguns casos, as práticas não levam em conta as intenções originais do projeto. Ocorrem conflitos entre os usuários; por exemplo: animais domésticos nos parques, os sem-teto, colheita “proibida” de flores e frutos, “banhos” proibidos em jatos d’água ou fontes.
- 3) práticas de transgressões – ainda mais graves – aos códigos de conduta supostamente conhecidos de todos.

No que se refere às considerações até aqui discutidas neste estudo, podemos observar o importante papel desempenhado acerca da elaboração, construção, implantação e manutenção destas áreas no espaço urbano. No caso do Parque do Povo na cidade de Presidente Prudente – SP, o mesmo ganha relevância no cenário urbano desta cidade a partir da (re) produção das relações sociais entre os diferentes agentes produtores do espaço. Após sua construção, anos de abandono, tal área hoje é considerada de extrema importância na vivência, na questão do lazer e espaços de interação da sociedade prudentina.

Não poderíamos deixar de elucidar e refletir questões acerca da problemática no que concerne o termo “espaço público” estando diante de uma ampla literatura que se dirige à investigação de mudanças recentes a essa temática, persistindo ainda, nas dificuldades de uma melhor definição conceitual, inexistindo consensos substantivos das sociedades modernas, persistindo assim, no “público” e às suas tendências evolutivas ao longo prazo das análises. Para também conjecturar a situação e algumas peculiaridades sobre o espaço público e sua produção na cidade brasileira contemporânea.

Ao analisarmos este espaço público, observamos na afirmação de Serpa (2007) que no mundo contemporâneo, o Estado busca funcionar como uma gigantesca administração caseira, ou seja, planejam as obras executam a seu “bel” prazer com a ajuda de amigos, parceiros, etc. O “lar coletivo” que o autor apresenta vai ganhando significado e sentido através da concepção de coletividades políticas. O domínio público destes espaços que são criados deixam de ter uma conotação política que *a priori* de sua construção detinha tal significação, para *a posteriori*

assumir uma outra significação, sendo esta cada vez mais “social”, espaços de interação, de usos públicos, e até mesmo de dominação e valorização imobiliária. Começando a serem pensadas como áreas que se apresentem com possibilidades de interação social.

Algumas relações podem inviabilizar muitas vezes a produção, a implantação e a apropriação social de um espaço público no contexto da cidade contemporânea. O conceito criado por Lefebvre de apropriação e produção esclarece a propriedade, o limite, como item de não-apropriação, como restrição à apropriação concreta. Tal apropriação busca inserir a discussão do afetivo, o imaginário, o sonho, o corpo e o prazer, que nada mais é que o espaço vivido no cotidiano das cidades.

Destarte, para entendermos e analisarmos a produção de um espaço público, no caso aqui estudado o Parque do Povo em Presidente Prudente - SP e seu entorno devemos compreender as inúmeras formas de produção do espaço urbano da cidade capitalista contemporânea e assim, refletirmos acerca dos principais agentes que produzem e reproduzem estes espaços. Com isso, pensar no Parque do Povo é pensar em um espaço de interação, das possibilidades, etc.

Portanto, o espaço público analisado, é sim em função das necessidades da reprodução e acumulação capitalista, produzido, alterado, mantido na intenção de alguns agentes perante a relação desigual e combinada da contraposição entre o público e privado. O espaço é ocupado, definido e redefinido de forma desigual a partir da necessidade de realização de determinada ação, seja de produzir, consumir, habitar ou simplesmente viver as diferentes relações socioespaciais cotidianas que acontecem no espaço público produzido do Parque do Povo na cidade de Presidente Prudente – SP. E para não pararmos nas construções teóricas e reflexivas já apresentadas, continuemos a construir reflexões geográficas acerca da produção dos espaços públicos, pois tal tema se encontra rico em informações e questionamentos a serem analisados. Destarte, pensemos então no tema.

Referências

ABREU, M. A. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ed. Instituto Pereira Passos, 2006.

AMORIM, M. C. C. T. **O clima urbano de Presidente Prudente/SP**. Tese de Doutorado da Universidade de São Paulo – USP/ FFLCH, São Paulo, 2000.

BORTOLO, C. A. **Produção e Apropriação de Espaço Livre Público: o Lago Igapó – Londrina –PR.** 2010. Dissertação de Mestrado em Geografia Dinâmica Espaço Ambiental da Universidade Estadual de Londrina – UEL, Londrina – PR, 2010.

_____. O Lago Igapó em Londrina - PR: uma leitura das diferentes formas de produção do espaço da cidade. **Revista Percurso**, Maringá - UEM, v.7, p.122 - 135, 2010.

CARLOS, A. F. A. **A (Re)Produção do Espaço Urbano.** São Paulo: Editora da USP, 1994.

_____. O consumo do espaço. In: A.F.A.C (ORG) **Novos caminhos da geografia.** (p. 173-186) São Paulo, 2004, [2007].

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 2002.

GOMES, P, C, da C. **A Condição Urbana – Ensaio de Geopolítica da Cidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

HABERMAS, J. Mudança estrutural na esfera pública: investigações quanto a uma sociedade burguesa. **Revista Tempo Brasileiro**, tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro, 1984.

HORA, M. L. F. **Produção X Apropriação do Espaço Urbano: O papel exercido pelo Poder Público no Processo de Valorização de Áreas Urbanas. O exemplo do jardim Caiçara e da Vila Mathilde Vieira em Presidente Prudente - SP.** Trabalho de Conclusão de curso da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente - SP, 1991.

JOVCHELOVITCH, S. **Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

LEFEBVRE, H. **Espaço y política: el derecho a la ciudad, II.** Barcelona: Ediciones Península, 1976, p.159-178.

LEITE, R. P S. **Espaço público e política dos lugares: uso do patrimônio cultural na reinvenção contemporânea do Recife antigo.** Tese de Doutorado da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas - SP, 2001.

LIPAI, A. E. **Metrópole e as múltiplas dimensões do espaço público: Praça da Sé, São Paulo, Brasil.** Arqtexto 68. Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp348.asp>>. Acesso em: 05 de março de 2006.

RAZENTE, N. **A ocupação urbana de Londrina.** (Mestrado) Desenvolvimento urbano, UFPE, 1984.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade**: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **A natureza do espaço**: Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996, [2002].

SANTOS FILHO, R. D. **Espaço urbano contemporâneo**: as recentes transformações no espaço público e suas conseqüentes implicações para uma crítica aos conceitos tradicionais do urbano. *Arquitexto*, São Paulo, n. 55. Dezembro, 2004. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arg000/esp269.asp>>. Acesso em: 05 de março de 2006.

SERPA, A. Espaço Público e Acessibilidade: Notas para uma abordagem geográfica. *GEOUSP. Revista Espaço e Tempo*. v. 15, n. 15, p. 21-37, São Paulo – SP, 2004.

_____. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, M. J. M da. **O Parque do Povo em Presidente Prudente**: a lógica da intervenção do poder público na (re) estruturação do espaço urbano. 134p. Dissertação de Mestrado em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente - SP, 1994.

SOBARZO, O. **Os espaços da sociabilidade segmentada**: a produção do espaço público em Presidente Prudente. Tese de Doutorado da Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP Presidente Prudente, 2005.

SOUZA, M. A. A. de. Estudos sobre a cidade no espaço regional e nacional: teoria e método. In: CARLOS, A. F. A. (org.). **Os caminhos de reflexão sobre cidade/urbano**. São Paulo: EDUSP, 1994.

SPOSITO, M. E. B. **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). Presidente Prudente: [s.n.], 2001.

VAZ, R. **As precipitações extremas e inundações em áreas de fundos de vale em Presidente Prudente**: um estudo sobre o Parque do Povo e Prudenshopping. (Monografia) Bacharelado em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP, Presidente Prudente - SP, 1999.